

A ESCOLA COMO OBJETO DE PESQUISA: AS CONTRIBUIÇÕES DE LUIZ PEREIRA PARA A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

NUBIA FERREIRA RIBEIRO

RESUMO

O presente trabalho tem como referência a pesquisa realizada sobre a trajetória intelectual de Luiz Pereira, cujo objetivo foi compreender o percurso acadêmico desse autor que percebeu a escola como o lugar para investigar a questão da resistência aos processos de modernização propostos para a sociedade brasileira ao longo da primeira metade do século XX. Por meio da análise realizada sobre a obra “*A Escola numa Área Metropolitana – crise e racionalização de uma empresa pública de serviços (1967)*”, apresentamos, neste trabalho, os argumentos e recursos criados por Luiz Pereira para discutir a escola como lugar social capaz de promover, de modo racional, o encontro de gerações que participam de modo diferenciado da vida urbano-industrial, provocando conflitos e tensões considerados, pelo autor, como vetores explicativos das deficiências e avanços do meio educacional.

Palavras-chave: Luiz Pereira; Sociologia da Educação; Escola.

Em meados da década de 1950 o cenário político da América Latina favoreceu o envolvimento dos intelectuais ligados às universidades com a elaboração de projetos de modernização para setores sociais considerados arcaicos. Nessa direção, Florestan Fernandes propôs o envolvimento da sociologia e de todo o conjunto das ciências sociais em trabalhos que contribuíssem efetivamente com a transformação da sociedade.

Para Fernandes (1971, p.158), cada ciência deveria oferecer “um conjunto de conhecimentos científicos para alterar determinados sistemas de relações”, isto é, um conjunto de conhecimentos que “provocasse” uma mudança cultural. E, do ponto de vista desse autor, a educação é um fator de mudança, o que a coloca como referência indispensável para a apreciação do tipo de colaboração a ser prestada pelos cientistas sociais. E é nessa perspectiva que Fernandes aponta a importância da pesquisa realizada por Luiz Pereira da qual originou *A Escola numa área Metropolitana (1967)*.

Do ponto de vista de Fernandes (1967), o trabalho apresentado por Luiz Pereira delimita bem um campo de estudos de modo a “adquirir uma autêntica visão científica da realidade”. Acrescenta que Luiz Pereira conseguiu selecionar aspectos relevantes da situação educacional daquele período, submetê-los a técnicas rigorosas de observação e

de análise e explicá-los à luz da teoria sociológica. Ofereceu-nos uma contribuição que faz da sociologia educacional uma disciplina empírica. Segundo observou Fernandes, podemos, a partir do trabalho realizado por Luiz Pereira, contar com um sistema de referência empírico e prático muito produtivo.

A pesquisa realizada por Luiz Pereira sobre a escola caracteriza-se como um estudo de caso que explorou exaustivamente o funcionamento de uma escola pública apelidada de Água Redonda e as relações sociais que nasceram da sociabilidade entre os membros dessa escola. O tema nuclear da investigação é a racionalização do sistema escolar brasileiro a partir de uma ação planejada capaz de suprimir práticas tradicionais ou conservadoras em espaços modernos e regulamentados burocraticamente.

Para esse autor a escola é uma empresa pública de serviços, portanto, um espaço originalmente moderno e burocrático. Partindo dessa concepção o leitor é encaminhado aos demais temas e problemas que integram a pesquisa: comunidade, mobilidade social, expectativa econômica, social, cultural e de escolarização da classe operária, relações de gênero, qualificação profissional, urbanização e condição de vida na metrópole, público e privado no espaço público.

Ao escrever sobre a área servida pela escola – zona residencial operária - Pereira nos oferece um olhar antropológico sobre os aspectos estruturais e funcionais daquela localidade. Afirmou, no início, que a área servida pela escola não poderia ser considerada uma comunidade, *stricto sensu*, por não ter uma vida comunitária própria uma vez que seus habitantes buscavam em outros lugares “instituições e associações capazes de satisfazerem seus interesses fundamentais e comuns. Não há uma estrutura comunitária na localidade de residência”. (p.21-2).

A partir de critérios sociológicos Luiz Pereira optou por considerar a área escolar como comunidade, pois, segundo suas observações, havia “homogeneidade sociocultural nesta área de residências” (p.22). Em nota, observa que não concorda em simplificar o conceito de comunidade por isso lhe deu um tratamento mais ampliado encontrando na convergência dos objetivos de vida daquela população o ponto para designá-la como comunidade.

O autor apresenta detalhes sobre o modo como uma área periférica é povoada exclusivamente por trabalhadores da indústria, quase todos migrantes das regiões norte e nordeste do País e, em menor número, migrantes do interior do Estado de São Paulo,

estes descendentes de europeus. Em sua maioria provinham de meios rurais e tinham como objetivo melhorar de vida.

Essa declaração dos moradores da área escolar levou Luiz Pereira a explorar cada detalhe da vida desse conjunto de trabalhadores operários. Buscou informações sobre a situação material e cultural em que se encontravam quando chegaram àquela localidade, a situação da época da realização da pesquisa e as expectativas que nutriam para o futuro.

Segundo Luiz Pereira havia nessa população o desejo de ascensão social identificado com a aquisição de um estilo urbano de vida, embora mantivessem muitos resquícios e práticas do estilo de vida rural, reforçando sua tese de que a superação do atraso estaria vinculada à mudança de mentalidade da população brasileira, chegando a afirmar que a efetiva “(...) participação num sistema de classes sociais estimula as aspirações de melhores condições de vida” (p.30).

É importante destacar que no período em que Luiz Pereira realizou a pesquisa que deu origem *A Escola numa Área Metropolitana* os interpretes da sociedade/realidade brasileira se ocupavam insistentemente com análises sobre a passagem do Brasil atrasado para o Brasil desenvolvido.

A descrição elaborada por Luiz Pereira sobre o processo de conquistas materiais desses trabalhadores lembra certos aspectos apresentados por Elias (2000), em *O Processo Civilizador*. O refinamento nos modos e no gosto se apresenta na comunidade estudada por Pereira pelo ideal de casa a ser construído e pelo tipo de mobília e objetos decorativos que se empenhavam para obter.

Do ponto de vista de Luiz Pereira, essas famílias tinham consciência de que a mobilidade social ascendente estava vinculada à melhoria da situação econômica e, por esse motivo, a vida dessas pessoas girava em torno da satisfação de interesses econômicos “(...) no estágio em que se encontra a maioria das famílias, esses interesses não se apresentam como uma luta pela estrita subsistência, mas como luta por ascensão social num meio urbano”. (p.30).

Outro aspecto que Luiz Pereira considerou relevante na análise sobre as condições de vida da população da área escolar diz respeito à situação da mulher nesse contexto de urbanização. Entre as famílias, o trabalho remunerado da mulher somente era valorizado quando houvesse necessidade de complementar o salário do marido e até o momento em que os filhos homens pudessem trabalhar ou o próprio marido fosse capaz de prover toda a família.

Luiz Pereira observou que essa situação, assim como a despreocupação com a escolarização e com a qualificação profissional das meninas indicavam que na relação entre os gêneros permanecia, quase intacta, a mentalidade conservadora e atrasada a respeito da inserção da mulher no mercado de trabalho, “o remanescente traço patriarcal da família determina esse estado: as mulheres – mães e filhas – devem viver tanto quanto possível dentro de casa”. (p.39).

No acervo conceitual de Luiz Pereira mentalidade conservadora estava associada à permanência de padrões da vida rural na grande cidade ou às resistências às mudanças nas relações pessoais e hierárquicas apresentadas pelo “novo” contingente populacional que migrou das zonas rurais para a metrópole. Portanto, manter padrões morais e culturais não condizentes com o estilo urbano de vida era manter uma mentalidade conservadora a respeito da vida.

É importante ressaltar que o problema do trabalho feminino se tornou objeto de estudo da pesquisa que Luiz Pereira realizou sobre o Magistério Primário, por meio da qual analisou as expectativas das próprias mulheres em relação ao trabalho que realizavam.

Por outro lado entre os homens e os filhos varões a qualificação para o trabalho ou o aprendizado de um ofício próprio para o trabalho na indústria estava presente no horizonte dos moradores daquela área. Segundo Luiz Pereira, “tinham consciência da pressão difusa do meio urbano e da pressão direta das indústrias, no sentido de o curso primário consistir em requisito mínimo para os filhos chegarem a exercer determinadas profissões qualificadas”. (p.37). O aprendizado de um ofício podia ocorrer de duas maneiras: na prática, meio não muito seguro para obter ascensão no trabalho e por meio da frequência em uma escola industrial de grau médio ou em cursos oferecidos pelo SENAI. Embora soubessem que a primeira oferecia uma formação profissional superior preferiam que seus filhos conquistassem vagas nas escolas do SENAI, porque nestas estudavam, trabalhavam e recebiam meio salário mínimo e, ao final do curso, se tornavam oficiais das indústrias recebendo então salário de operário qualificado.

Esses dados revelaram a Luiz Pereira que as aspirações das famílias em relação à profissão dos filhos eram limitadas. Esperavam que chegassem a uma boa colocação dentro das indústrias, que fossem operários qualificados e não se iludissem com a ideia de que pudessem vir a ter um trabalho intelectual. O pressuposto básico era o de que buscavam na qualificação para o trabalho apenas uma situação melhor para disputarem vagas no mercado de trabalho.

O problema da instrução e qualificação profissional do operariado também se tornou tema de investigação de Luiz Pereira, como é possível verificar no texto: *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil* (1965) uma densa pesquisa sobre o operariado, sua condição de vida e o tipo de educação a ele destinada. Uma investigação fundada teórica e metodologicamente em princípios marxistas

Ao final dos seus escritos sobre a área escolar e sobre a vida dos moradores do local, Luiz Pereira conclui que a área servida pela escola passava por um “processo de aculturação – ou melhor: desculturação – do urbano com o rústico, apresenta-se como meio dinâmico de ajustamento ao ambiente metropolitano paulista”.

Para o autor, a vida metropolitana, os padrões de comportamento e os padrões morais da cidade ainda não eram bem aceitos pela população adulta da área servida pela escola, provocando certo “estranhamento” junto aos chefes de família e suas esposas. Segundo Pereira, “de permeio com elementos culturais urbanos assimilados, o comportamento dos adultos da área revela persistência de representações, atitudes, expectativas e valores formados de fora do ambiente inclusivo altamente urbanizado que é onde vivem agora”. (p.43).

Trata-se de um processo que, do ponto de vista de Luiz Pereira, mostrava-se ainda muito dificultoso, o que o levou a considerar a população da área escolar como “forças sociais tradicionais e conservadoras”. Para o autor esse fator é extremamente relevante para compreender tanto o funcionamento interno da escola quanto as relações entre escola e a área escolar, temas que serão abordados nos capítulos seguintes.

Em *A Escola Primária numa área metropolitana* (1967) Luiz Pereira explica a pertinência de um estudo focalizado em lugar específico, um caso singular com potencial para explicar a totalidade. Do ponto de vista do autor, a defasagem ou o atraso e o processo de mudança, “se determinam respectivamente como estado e como alterações no interior de um mesmo tipo estrutural: alterações no sentido da constituição de uma sociedade de classes ‘avançada’ urbano industrial”. (p.49). Para Pereira, tratava-se de um avanço da sociedade capitalista brasileira em relação ao período anterior no qual a estrutura de classes apresentava-se enrijecida, estável e desigualitária representando a estamentização das situações de classes, os modos de vida e de direito das relações existentes. “Nestes termos, a patrimonialização aparece como um componente da estamentização”. (p.50).

Para Luiz Pereira, a década de 1950 é um marco nas mudanças mais radicais da sociedade brasileira, cuja maior expressão é o Estado de São Paulo, principalmente a

cidade de São Paulo, o que significa, para o autor, que os processos de burocratização nas relações sociais são mais visíveis nessa região, bem como os conflitos nascidos do confronto entre dois padrões culturais – o rural e o urbano. Pereira afirma, seguindo tendência weberiana, que a burocratização é determinada como subprocesso inerente ao processo inclusivo de avanço da etapa urbano industrial capitalista em lugar de ser admitida como um processo geral inerente à passagem de uma ordem global pré-capitalista para outra capitalista.

É também em Weber que Luiz Pereira fundamenta suas argumentações para tratar a escola como uma empresa pública de serviços. Segundo Weber, empresa é denominada como “uma ação contínua que persegue determinados fins e associação de empresa uma relação associativa cujo quadro administrativo age continuamente com vistas a determinados fins”. A partir desse referencial explica que o critério escolhido para caracterizar a escola como empresa pública de serviços foi a situação das instalações materiais e a forma de recrutamento e permanência dos agentes sociais que trabalham na escola. E ao caracterizar a escola como empresa os alunos não são considerados como clientes, nem apenas ‘matéria prima’. Na acepção de Pereira, os alunos são ao mesmo tempo membros, matéria trabalhada e produtos das atividades da empresa escolar.

Segundo Pereira, como grupo social, os membros da escola mantêm relações sociais tendo em vista o alcance de determinados objetivos definidos e visados continuamente. Nas palavras do autor, a escola se apresenta como uma empresa, isto é, como agência de socialização intencionalmente dirigida e destinada a transmitir determinada herança cultural.

Ao situar geograficamente a escola, o autor apresentou suas características físicas, sua situação jurídica e a regulamentação interna. Demonstrou quadro a quadro os termos que regulam as atividades da escola e as atribuições de cada “categoria ocupacional” – diretor, vice-diretor, professores, alunos e serventes – da escola e o modo que cada uma dessas categorias age na dinâmica escolar, isto é, traça um paralelo entre o que está previsto no Regimento e o que efetivamente ocorre na escola. Na interpretação do autor, esse paralelo permitiu que ele percebesse o que persiste das relações tradicionais e o que já foi incorporado das relações altamente burocratizadas.

Luiz Pereira assegurou que a situação jurídica da escola pesquisada – prédio da Prefeitura de Santo André e equipada pelo Estado – vinculação financeira dos funcionários e a dependência administrativa – é o que a qualificou como empresa

pública de serviços. Sobre esta questão o autor observa que o conjunto das escolas primárias públicas estaduais mais todos os órgãos administrativos dessas escolas constituem uma única grande empresa. Assim, cada uma dessas escolas – entre as quais está a de Água Redonda – é um ramo de uma grande empresa pública estadual. Encarada como um subsistema no interior de um sistema social mais amplo, consistente na empresa toda. Como subsistema esta escola reflete, em sua estrutura e funcionamento, traços do sistema inclusivo a que se integra.

Nessa análise, sobre a estrutura e funcionamento da escola, Luiz Pereira se vale dos conceitos de Max Weber sobre Estado e burocracia para evidenciar o jogo de forças burocráticas – racionais e legais – e de forças tradicionais de tipo patrimonialista que se enfrentam no interior da escola pesquisada. Pereira tem como fio contínuo dessa argumentação a disputa entre forças opostas no interior da escola, o que revelou o estágio de organização da sociedade brasileira naquele período. uma sociedade que se encontrava diante de processos desiguais de modernização.

E nesse sentido, observou que todo o esforço de burocratização promovido pela legislação que regulamenta o funcionamento das escolas públicas contribuiu para a emergência e avanço do processo de modernização e racionalização da atividade escolar.

Outro tema relevante na exposição de argumentos de Luiz Pereira é o da distinção conceptual entre o público e o privado, pois, do seu ponto de vista, essa distinção é fundamental para que o processo de burocratização da escola se efetivasse. Um aspecto que se tornou proeminente para o autor diz respeito à hierarquização das atividades e principalmente das relações estabelecidas pelas pessoas que vivem diretamente as atividades cotidianas no interior da escola. Trata-se de deixar claras as regras de conduta de cada categoria envolvida diretamente na atividade escolar, estas regras estavam dispostas na “legislação escolar pertinente à empresa escolar constituída pelas escolas primárias públicas estaduais e seus órgãos administrativos”. (p.56).

O autor assinala, a partir de Merton (1938) que as características inerentes ao sistema burocrático – generalidade, universalidade e impessoalidade – estão evidentes nos textos (ou redação dos estatutos e regimento) que constituem a legislação escolar do Estado de São Paulo. Para Pereira, esse conjunto de regulamentações administrativas com caráter racional-legal é um componente burocrático fundamental para a organização da empresa escolar. Observa que: “reconhecer características burocráticas nessa legislação não implica, evidentemente, aceitar ou rejeitar os objetivos por ela

propostos às escolas primárias, discutíveis do ponto de vista da filosofia da educação e da pedagogia”. (p.60).

Luiz Pereira ao expor a estrutura e funcionamento da Escola de Água Redonda parte da compreensão de que ela é uma unidade básica para análise sociológica voltada para as questões educacionais. Nesse sentido, considerou a atividade de ensino e aprendizagem, conduzida intencional e sistematicamente, como o fio condutor para a compreensão da dinâmica do grupo social constituído no interior da escola. A partir dessa atividade seria possível identificar e compreender o desenvolvimento de outras relações ocorridas no interior da escola e das salas de aula, as quais Luiz Pereira denominou de relações espontâneas e periféricas.

Luiz Pereira retoma a discussão sobre a importância do Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de São Paulo como um componente burocrático que incide sobre as atividades e relações nucleares da escola, cujo objetivo é ordená-las de modo deliberado e racional num sistema de organização formal, isto é, em um modelo de organização burocrático. Observou que a efetivação desse modelo depende de condições materiais e pessoais de funcionamento que não ocorrem integralmente devido a discrepância entre o que estava posto no Regimento e os aspectos reais da vida da escola. Estudando sua dinâmica interna Pereira quis examinar os índices de burocratização do grupo social que a constituía, trazendo “para o primeiro plano a esfera de vida institucionalizada da escola, ao mesmo tempo, as formações sociais espontâneas observáveis no seu interior, passam a ser vistas em termos de burocratização da escola”. (p.62). Havia, em Luiz Pereira grande preocupação em compreender os caminhos encontrados por aquele grupo social para se adequar ou se adaptar às exigências burocráticas formalizadas no Regimento Interno, que, do ponto de vista do autor, revelou também o quanto essa população avançou em direção ao modo de vida urbano.

Nesse trabalho Luiz Pereira analisou o Regimento relacionando-os com as condições materiais e disponibilidade dos recursos humanos da escola para a efetivação e desenvolvimento de um trabalho fundado em critérios burocráticos. Para ele o Regimento traduzia um esforço para introduzir procedimentos da pedagogia moderna, que se baseava na “ideologia da escola nova” (p.62).

De acordo com Pereira a escola onde realizou a pesquisa estava muito aquém dos padrões necessários à plena realização de um projeto baseado na teoria da escola nova, tanto no se refere às condições materiais quanto no que dizia respeito à postura do pessoal docente administrativo e outros trabalhadores envolvidos nas atividades

desenvolvidas na escola. Segundo o que percebeu no período de realização da pesquisa, as deficiências materiais – instalações prediais precárias, número de alunos por sala, falta de recursos tecnológicos etc. – e a de pessoal – que se expressava pelas diferenças na situação jurídica dos funcionários e pela falta de clareza sobre a função que deveria desempenhar na escola – geravam consequências disfuncionais que “perturbavam” e, portanto, diminuía a adaptação ou o ajustamento ao sistema burocrático. Essas constatações o levaram a observar o comportamento dos ocupantes das posições definidas na esfera institucionalizada da vida escolar para compreender como o desajustamento nos papéis retarda a integração da escola e de seus membros a um sistema social de natureza burocrática.

Nesse sentido, Pereira analisou as normas do Regimento relativas a cada posição ou de cada categoria ocupacional – direção, auxiliar de direção, professores, serventes e alunos – apresentando um quadro para esclarecer as diferenças, proximidades e distanciamentos entre o ideal legal, o ideal vigente e o comportamento real das pessoas envolvidas na atividade escolar. Para isso, tomou o termo *status* como sinônimo de posição ocupada na instituição e se baseou no estudo de Ralph Linton sobre o papel da cultura na formação da personalidade. Nesse estudo, Linton criou duas categorias para análise da personalidade. Uma que denominou personalidade básica cuja configuração dá aos membros de uma sociedade a possibilidade de interpretações e valores comuns a todos os indivíduos e a de personalidade *status* cuja configuração se liga ao *status* do indivíduo, possibilitando que mesmo entre pessoas estranhas a posição social, de cada membro da sociedade seja reconhecida e provoque no outro um modo específico de agir nas diferentes situações em que se encontrarem. (Cf. Pereira & Foracchi, 1969:49-69).

Luiz Pereira usou essa ideia de personalidade *status* para avaliar os motivos do desajustamento do pessoal docente administrativo em relação ao cargo ocupado na escola. Para ele, os membros de cada uma das categorias envolvidas diretamente na atividade escolar conhecem suas atribuições dentro do trabalho, entretanto, resistem à sua completa efetivação temendo a perda ou o não reconhecimento do *status* ainda muito ligado à representação ideal tradicionalista, isto é, segundo Luiz Pereira, aos padrões patrimonialistas que ainda vigoravam no interior de um sistema que buscava organizar-se burocraticamente por meio da racionalização de suas atividades.

Ao descrever e analisar o Regimento e o comportamento dos membros da escola, Luiz Pereira retoma sua tese inicial de que o estágio de burocratização em que se

encontrava a escola pesquisada é revelador do estágio de desenvolvimento da sociedade brasileira que passava por mudanças na composição social das cidades e na organização da cultura exigindo uma adequação às novas condições de trabalho e de relações interpessoais condizentes com o avanço da industrialização e também com a democratização do sistema social global.

Ao tratar das relações entre a escola e a área escolar Luiz Pereira apresenta a estrutura teórica básica da investigação realizada sobre a escola. Embora o próprio autor afirme que o procedimento analítico usado é semelhante ao dos capítulos anteriores facilmente se percebe, durante a leitura do texto, que se trata de uma análise mais segura sobre a função da escola no processo de configuração de uma sociedade moderna, urbana e industrial. Luiz Pereira expõe com mais clareza sua percepção sobre como os dois lados que se enfrentam – o tradicional e o moderno – no interior do sistema escolar e, mais especificamente, do subsistema que é a escola e a área escolar, ganham juntos novos contornos, novos moldes resultante da adaptação e da constante perda de força do modelo ao qual denominou de patrimonialista.

Nessa etapa da investigação observou que na representação tanto dos moradores da área escolar quanto dos funcionários a escola é constituída apenas pelo corpo docente-administrativo e que estes são os “possuidores” dela. Ou seja, nem serventes, nem alunos, segundo essa representação, se percebem como membros ativos da empresa escolar. Para o autor, essa representação da escola decorre de um processo de percepção e definição de grupo vinculado a valores inerentes a estruturas sociais tendencialmente patrimonialista que opera como limitadora de uma concepção de escola como empresa pública e para a compreensão de que o corpo docente-administrativo é constituído por funcionários burocráticos com obrigações profissionais previamente definidas. Segundo Luiz Pereira, a persistência de concepções patrimonialistas indicava que o avanço na burocratização das relações de uma empresa pública com o seu público ainda era muito precário.

Para o autor, a representação tradicionalista da escola integrava-se com as concepções que vigoravam entre o pessoal docente-administrativo a respeito de seus papéis no interior da escola, estas analisadas anteriormente por Luiz Pereira e qualificadas como idealizadas. Entendeu que esse sistema de relações idealizadas ocorria devido a grande distância social entre o pessoal docente-administrativo e os moradores da área escolar, alunos ou não e se baseava no reconhecimento das diferenças de *status* socioeconômico existente entre eles. Para o autor, a relação de

dominação entre os membros da escola e comunidade não chega a ser categórica, embora, na maioria das vezes, os moradores da área escolar tendem a aceitar a dominação exercida pelo pessoal docente-administrativo manifestando-lhe reconhecimento e amizade. “Como expressão desse reconhecimento e amizade, enviam-lhe pequenos presentes: ovos, frutas, bolos e doces caseiros, etc.” (p.108). Por sua vez, o pessoal docente-administrativo esperava que os moradores não interferissem nas atividades processadas na escola.

Ao longo do texto, Luiz Pereira apresentou diferentes situações que exemplificavam as discrepâncias entre as representações ideais de forte cunho patrimonialista e as representações mais avançadas de cunho burocrático. Para o autor isso ocorria porque a pressão do ambiente urbano industrial, cuja estratificação em classes já estava mais avançada e determinava o modo de vida e o gosto do corpo docente-administrativo entrava em confronto com as condições e o modo de vida dos moradores da área escolar.

Observou também que esse conflito entre a concepção moderna e tradicional se manifestava no tipo de comportamento esperado pelos professores em relação aos seus alunos. Para estes, os alunos das escolas metropolitanas estavam longe do modelo que idealizaram a partir de suas experiências no interior, uma vez que lá, os alunos eram mais obedientes e os pais não questionavam o trabalho que realizavam. Esses professores formulavam queixas também em relação à direção da escola pela atenção dada às reclamações dos pais.

Luiz Pereira não deixou de notar que o corpo docente administrativo, mais precisamente os professores, vivia na escola uma experiência mista da situação da classe média. Ao mesmo tempo em que não se identificavam com as concepções tradicionalistas do magistério primário se ressentiam do comportamento dos alunos e de seus pais quando estes avaliavam negativamente o trabalho que desenvolviam. Além disso, tomavam suas experiências de vida – mais ajustadas aos padrões citadinos – como base para criticarem o modo de vida dos moradores da área escolar. Para o autor, “a dominação dos professores sobre os alunos, inerente à estrutura interna da escola, fica reforçada pela consciencialização das diferenças entre ambos, principalmente no que diz respeito à hierarquia socioeconômica”. (p.114). Essa dubiedade no modo de agir do corpo docente-administrativo da escola frente à população da área escolar mostrava-se, segundo Pereira, “incompatível com a natureza de uma empresa pública mantida

pelo poder público e que, deixando de ser patrimonialista não chega a ser burocrático”. (p.115).

Para o autor, entre os moradores da área escolar havia maior clareza sobre a importância da escola para os seus filhos do que entre o pessoal docente-administrativo. De um lado os pais tentavam manter nas crianças hábitos e modos de vida condizentes com o ambiente rural. De outro, estimulavam seus filhos a dominarem as técnicas elementares da cultura citadina, constituindo-se ao mesmo tempo em força retardadora e estimuladora ao meio urbano-industrial. Segundo Pereira, essa dupla influência era resultado do processo aculturativo do rústico no urbano, em desenvolvimento na área escolar o que sobrepunha camadas de cultura num processo que favorecia tanto a permanência quanto a combinação e substituição de componentes patrimonialistas por um sistema de classes urbano industrial.

Luiz Pereira procurou demonstrar que no sistema de relações entre a escola e área escolar existia o encontro e o entrelaço de valores e atitudes diferentes e até certo ponto antagônicos. Depositou grande esperança na escola e na atividade de ensino desenvolvida pelos professores no que se refere à função urbanizadora da escola, mas não perdeu de vista a dificuldade dos professores em lançarem um olhar mais largo sobre as próprias atividades.

Dentre as inúmeras contribuições possíveis ainda hoje de serem retiradas da obra “*A Escola Numa Área Metropolitana*”, destacamos que esse trabalho apresenta-se tanto como expressão de um período em que a expansão capitalista no País impunha novos contornos à vida cotidiana quanto de um modelo de formação acadêmico-científica. Todo o trabalho se estrutura em literatura condizente com o que fora definido pelo círculo liderado por Florestan Fernandes. Moldado nesse meio Luiz Pereira compartilhava desse espírito científico.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, Luiz. *A Escola Numa Área Metropolitana – Crise e Racionalização de uma Empresa Pública de Serviços*. São Paulo: Pioneira, 1967.

PEREIRA, Luiz e FORACCHI, Marialice (org.). *Educação e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.